

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.027 - SP (2019/0293536-2)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE : INPAR PROJETO 86 SPE LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**RECORRENTE : VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADO : FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA - MG108112**  
**RECORRIDO : FABIO FLAUSINO DA SILVA**  
**ADVOGADO : EDSON RODRIGO MACIEL - SP321397**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **IRRESIGNAÇÃO MANIFESTADA NA VIGÊNCIA DO NCPC.** AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DISCUSSÃO SOBRE INCLUSÃO DE CRÉDITO EM PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. APLICAÇÃO DO ART. 49 DA LEI N. 11.101/2005. OBRIGAÇÃO EXISTENTE ANTES DO PEDIDO DE SOERGUMENTO. INCLUSÃO NO PLANO DE RECUPERAÇÃO. ACÓRDÃO EM CONFRONTO COM A ORIENTAÇÃO FIRMADA NESTA CORTE. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

**DECISÃO**

Da leitura da minuta do agravo de instrumento que originou o presente recurso, extrai-se que FABIO FLAUSINO DA SILVA (FÁBIO) ajuizou ação de indenização por danos morais e materiais contra INPAR PROJETO 86 SPE LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (INCORPORADORAS).

Após o provimento do pedido, iniciou-se a fase de cumprimento de sentença, no bojo do qual as INCORPORADORAS pleitearam a extinção da ação executória, fundado na homologação de plano de recuperação judicial, que foi indeferido.

Contra essa decisão interlocutória, as INCORPORADORAS interpuseram agravo de instrumento sustentando que se encontra em recuperação judicial e que o crédito da parte autora possui natureza concursal, devendo ser habilitado nos autos do processo de recuperação.

Ao julgar o agravo, o Tribunal bandeirante negou-lhe provimento, em

acórdão a seguir ementado:

*Agravo de instrumento. Compromisso de compra e venda de imóvel. Cumprimento de sentença. Decisão que indeferiu o pedido de extinção da ação. Inconformismo. Descabimento. Crédito constituído com o trânsito em julgado da ação, após o pedido de recuperação judicial. Não sujeição do crédito à recuperação judicial. Art. 49, da Lei 11.101/05. Precedentes desta C. Câmara. Não sujeito o crédito à recuperação judicial, a execução individual deve prosseguir, ressalvado o controle das medidas constritivas pelo Juízo da recuperação judicial. Decisão mantida. Recurso improvido, com observação (e-STJ, fl. 83).*

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 99/102).

Seguiu-se recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, no qual as INCORPORADORAS alegaram violação dos arts. 49 e 59 da Lei nº 11.101/05, ao sustentar que o crédito objeto da demanda é concursal e objeto de novação, razão por que deverá ser submetido aos efeitos da recuperação judicial.

Após a apresentação das contrarrazões, o apelo nobre foi admitido na origem (e-STJ, fl. 117/119).

É o relatório.

DECIDO.

O presente recurso comporta provimento.

De plano, vale pontuar que o recurso especial ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Da natureza do crédito da recorrida

O acórdão recorrido decidiu de forma divergente da jurisprudência desta egrégia Corte Superior, no sentido de que o crédito das recorridas resulta de evento anterior à formulação do pedido de recuperação judicial, que se submete ao correspondente regramento empresarial, conforme os seguintes precedentes:

*AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. DEVEDORA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.*

*CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. EVENTO ANTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO. ART. 49, CAPUT, DA LEI Nº 11.101/2005. SENTENÇA POSTERIOR IRRELEVANTE. PRECEDENTES.*

*1. "Para os fins do art. 49, caput, da Lei 11.101/05, a constituição do crédito discutido em ação de responsabilidade civil não se condiciona ao provimento judicial que declare sua existência e determine sua quantificação. Precedente."*

*2. "Na hipótese, tratando-se de crédito derivado de fato ocorrido em momento anterior àquele em que requerida a recuperação judicial, deve ser reconhecida sua sujeição ao plano de soerguimento da sociedade devedora." - (REsp 1.727.771/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 18/05/2018) 3. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no REsp 1.739.988/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 29/4/2019, DJe 2/5/2019).*

*RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. DEVEDOR EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO VERIFICADA. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. EVENTO DANOSO OCORRIDO EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO RECUPERACIONAL. SUBMISSÃO AOS SEUS EFEITOS. SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA POSTERIORMENTE. IRRELEVÂNCIA.*

*1. Ação ajuizada em 20/5/2013. Recurso especial interposto em 27/9/2017 e concluso ao Gabinete em 8/3/2018.*

*2. O propósito recursal é definir se o crédito de titularidade das recorridas, decorrente de sentença condenatória transitada em julgado após o pedido de recuperação judicial do devedor, deve sujeitar-se ao plano de soerguimento.*

*3. Devidamente analisadas e discutidas as questões controvertidas, e suficientemente fundamentado o acórdão recorrido, não há como reconhecer a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional.*

*4. Para os fins do art. 49, caput, da Lei 11.101/05, a constituição do crédito discutido em ação de responsabilidade civil não se condiciona ao provimento judicial que declare sua existência e determine sua quantificação. Precedente.*

*5. Na hipótese, tratando-se de crédito derivado de fato ocorrido em momento anterior àquele em que requerida a recuperação judicial, deve ser reconhecida sua sujeição ao plano de soerguimento da sociedade devedora.*

*6. Recurso especial provido.*

*(REsp 1.727.771/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. 15/5/2018, DJe 18/5/2018)*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Desse modo, embora o crédito objeto da presente demanda tenha se tornado líquido e exigível após o deferimento do pedido de recuperação judicial, com o trânsito em julgado do respectivo acórdão, porquanto decorrente de relação jurídica havida em momento anterior, como se depreende dos fundamentos que lastrearam o aresto recorrido, deve ser submetido ao plano de soerguimento da sociedade recuperanda.

Nessas condições, com fulcro no art. 932 do NCPC c/c a Súmula 568 do STJ, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial, para, reformando o acórdão recorrido, submeter o crédito objeto da presente demanda ao juízo da recuperação judicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília/DF, 29 de novembro de 2019.

**MINISTRO MOURA RIBEIRO**

Relator